

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO *de* Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 17 - N.º 2 - JUL./DEZ. 1997

A ABORDAGEM GEOPOLÍTICA NO FINAL DO SÉCULO XX: NOVOS E VELHOS PARADIGMAS

Lúcio Flávio M. Adorno*

RESUMO

Este texto procura rever, na evolução da abordagem geopolítica, os atuais caminhos de sua aplicação na nova ordem mundial, sobretudo enfocando o caso brasileiro. Desta reflexão, aponta-se que, apesar da *desestatização da geopolítica*, a sua utilização como recurso de dominação se mantém, agora viabilizada como *geopolítica dos negócios e do desenvolvimento*.

UNITERMOS: Geopolítica/ Integração Regional/ Desenvolvimento Regional

ABSTRACT

This text seeks to demonstrate through the geopolitical evolution approach the current application in the new world order, focusing principally on Brazilian position. This reflection shows that instead of geopolitical denationalization its utilization as an instrument of domination is maintained, viable now, as a geopolitical tool of business and development.

KEY WORDS: Geopolitics/Regional Integration/Regional Development

1. INTRODUÇÃO

Finais de século geralmente servem de prenúncio de novas orientações históricas das organizações das sociedades, trazendo novas rotulações como (des)valorização de concepções culturais e políticas do mundo. A presença de tentativas de previsões históricas também é marca

* Professor Adjunto do Curso de Geografia da Unitins e Doutorando em Geografia pela UFRJ.

característica nos ambientes civis – populares, militares e acadêmicos –, na busca de identificar as "novas ordens" ditadas pela ascensão de novos paradigmas.

Não há como negar que, neste momento, o advento dos novos paradigmas mundialmente concebidos, como a globalização, o pós-fordismo, o neoliberalismo, o desenvolvimento sustentável e a crescente construção dos meios técnico-científicos informacionais atingem os rumos dos pensamentos cognitivos.

Posto o novo cenário do final do milênio, diante do processo de reestruturação do regime de acumulação capitalista e das suas novas formas de regulamentação social, tornou-se notória uma ocorrência de reformulações de modelos teóricos que se supõe não atender mais à nova lógica de organização sócio-territorial.

Inserese nesta discussão a forma das práticas de dominação das relações sociais e dos mercados, fundamentalmente geridas por entidades constituídas, como os Estados e as organizações empresariais privadas, ou as atualmente conhecidas como TNCs, as corporações transnacionais. O meio mais reconhecido para a exploração desta temática se notabilizou pela formação de estudos de Geopolítica, essencialmente alinhavados historicamente pela leitura da ação política dos Estados ao visarem, entre outras, ao controle de seus territórios e, assim, de seus povos.

A geopolítica desempenhou papéis de destaque em vários Estados, principalmente aqueles envolvidos com interesses expansionistas ou imperialistas, ganhando maior expressão diante dos cenários de guerra ou, quando não, em políticas territoriais regidas por governos essencialmente militares. Tradicionalmente assim conhecidos e utilizados, os sucessivos estudos geopolíticos se detiveram na interpretação da própria ideologia utilizada pelos Estados para galgarem sua afirmação internacional.

Com as novas realidades paradigmáticas constituindo um invólucro de uma pronunciada "nova ordem mundial", a geopolítica perde e ganha novos parâmetros de abordagem e análise, tanto no campo acadêmico como no político.

Considerada atualmente por alguns como esgotada ou insuficiente para tratar os novos rumos das organizações sócio-territoriais, com discernimento e livre de dogmas ideológicos

mecanicistas, a existência da geopolítica é colocada em xeque como meio de investigação.

2. NOÇÕES E INTERPRETAÇÕES BÁSICAS

Muitos estudos temáticos não têm evitado uma confusão entre geografia política e geopolítica, embora tradicionalmente se atribuam à primeira os estudos relacionado ao dimensionamento e caracterização espacial – a posição e situação das fronteiras dos Estados, a relação do espaço com o Estado – e, à segunda, a formulação e interpretação das teorias e projetos políticos de ação territorial, como estratégias de operacionalização de poder entre os Estados.

Considerada simplista, esta nação é objeto de análise de Costa (1990, p. 61):

Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus postulados gerais, para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço.

Assim, observa-se uma vasta produção no campo teórico da geopolítica, fundamentalmente por geógrafos e militares, quando os diversos Estados, principalmente aqueles promovedores de políticas expansionistas com propósitos estratégicos de dominação regional ou mesmo global, estavam envolvidos em tensões ou conflitos internacionais, na busca de sua consolidação como potências mundiais.

O pioneiro a utilizar a concepção de geopolítica para expressar o tipo de relações entre o Estado e o território foi o professor de Ciência Política Rudolf Kjéllen. Seu tratado,¹ partindo das idéias elaboradas ainda por Friedrich Ratzel, inaugura a própria confusão futura entre a geografia política e a geopolítica, quando atribui à primeira uma geografia política da guerra, só posteriormente entendida como a própria geopolítica.

É na escola alemã que a geopolítica galga maior expressão no círculo do poder, com o advento do então Instituto de Geopolítica de Munique, fundado, entre outros, pelo general Karl Haushofer. A proposta era de uma geopolítica como consciência geográfica do Estado, firmando então a característica basilar da geopolítica como teorização, "receituário" à adoção de políticas ideológicas pelos Estados, vislumbrando sua emergência por meio do imperialismo. Numa primeira instância, esse imperialismo está calcado na política do colonialismo, do expansionismo territorial e sua preocupação com as estratégias de dominação desses territórios, envolvendo desde já, além do poder dos Estados, os movimentos articulados com os seus aliados capitais pela competição internacional por novos mercados.

3. CONSERVADORISMOS E RENOVAÇÕES NA GEOPOLÍTICA

O modo de se realizar tratados, textos geopolíticos, ou seja, a sua abordagem de estudo como assunto próprio da geopolítica, se fundamenta numa cronologia histórica imbuída do que muitos teóricos na atualidade consideram como marca presente de uma "naturalização" do Estado.

Trata-se de uma abordagem que foi capaz de dar vida própria ao temário ideológico dos Estados, conferindo-se de forma forjada uma verdadeira organicidade ao Estado, baseada no pensamento do determinismo geográfico. Deste se atribuiu que a existência e o crescimento do Estado dependeriam diretamente de seu crescimento territorial, e que, para tanto, a geopolítica deveria mostrar como viabilizar tal projeto.

Este tipo de enfoque serviu especialmente para legitimar as diversas práticas e estratégias de poder do Estado, significando que a afirmação de um Estado no plano internacional dependeria de ascender seus domínios por terras contínuas – toda uma região, um continente, ou além-mar, por novos continentes –, precisando para tal controlar todos os mares ou, finalmente, todas as aerovias ao espaço sideral. Diferentes épocas tecnológicas, mas com uma geopolítica essencialmente conservadora, enquanto propósito maior: o de servir à construção de

cenários vitoriosos para quaisquer tipos de guerras ou disputas entre Estados.

A formulação típica de conceitos por este viés ocorre com a incorporação de novas leis gerais, marcadas por imprecisões e rotulações estanques, direcionadas à própria manipulação pelos agentes de Estado, gerando e reforçando uma confusão entre conhecimento científico e puro direcionamento ideológico. Portanto, vários autores estrategistas reconhecidamente considerados como geopolíticos – Alfred Mahan, Halford Mackinder, Major Haushofer ou Nicolas Spykman – não são questionados pelos seus pares – nem como geradores de mecanismos de manipulação da própria sociedade, tampouco porque seus trabalhos desconsideram as relações internas das desigualdades de classes em seus países –, a não ser por novos teóricos liberais, que readaptam as noções anteriores para a lógica da sua realidade contemporânea de mundo.

Não fugindo da tradição típica do pensamento geográfico positivista tradicional, os princípios e postulados desta abordagem geopolítica estão, a seu modo, próximos da concepção clássica de localização geográfica e de acesso aos seus recursos naturais; uma abordagem de valorização do tipo comparativa, como condicionalidade capaz de conduzir a formação de um Estado como uma propalada potência mundial.

Mesmo com a elevação da necessidade do domínio tecnológico, o meio natural, como fornecedor de matéria-prima para a manufatura ou industrialização, seja de componentes para produtos bélicos ou de biotecnologia, mantém-se como um fundamental recurso estratégico para a instrumentalização e conseqüente capacitação dos planos de operacionalização do poder do Estado.

Este cenário abordacional, típico de um determinismo territorial comparativo, será reforçado no período entre guerras, ou constituído como a própria base teórica de operação dos interesses e movimentos dos Estados modernos. Entretanto, essa abordagem começará a perder fôlego com uma aproximação entre a geografia política acadêmica e as ciências sociais, principalmente as correntes que lançam mão do materialismo histórico dialético, e deixará mais lúcidas duas vias de interpretação geopolítica: a civil-acadêmica e a militar.

Assim como à geografia política, à geopolítica, pela primeira via mencionada, começará a se atribuir uma abordagem de leitura numa perspectiva de "desestatização", ou seja, o objeto central de estudo migrará da atenção ao promulgado Estado Territorial Orgânico aos movimentos políticos de classe e suas formas de manifestação pelo poder estatal.

Esta renovação do enfoque de análise geopolítica representará também a própria revisão gradual dos conceitos, objetos e objetivos da abordagem pela lógica formal da disciplina geográfica escolar, a chamada geografia tradicional dos professores, atrelada à reprodução da ideologia dominante dos estados-maiores.

A preocupação com a devida interpretação do caráter político do espaço em suas diferentes formas de expressão, produzidas diante de uma sociedade de classes que tem suas relações territorializadas por suas desigualdades de acesso ao mercado, aos meios de comunicação e informação e, por conseguinte, ao próprio poder, coloca em xeque os tradicionais artifícios de reprodução da dominação ideológica de um Estado. Este agora não mais aceito puramente como o legítimo defensor da soberania territorial de sua nação, mas sim comprometido com uma classe dominante.

Significa, assim, o rompimento com a produção de uma geopolítica tradicional e a repercussão também, em parte, de uma desvalorização da própria geopolítica, como temática incapaz, até então, de traduzir o ato das políticas territoriais e a lógica das territorializações das relações sócio-econômicas.

Inicialmente, a base da revisão do horizonte geopolítico passa pela rediscussão teórica sobre o próprio entendimento de Estado moderno, utilizando-se, entre outros, Marx (1971), Engels (1975) e Lênin (1977) – seus maiores expoentes –, que irão contribuir para esta mudança de idéias. Desvincular-se-á sua conceituação do ideário liberal, buscando evidenciar em suas contradições o caráter de dominação de classe, como instrumento institucionalizado da busca do poder hegemônico da burguesia.

Em período posterior, Heller (1968), Gramsci (1975) e Poulantzas (1986)² reconhecem o grau de determinação do fator econômico numa sociedade de classes capitalista, e aproximam-se teoricamente quando interpretam que o Estado é uma expressão dos

conflitos da sociedade de classes, e que esta é sobredeterminada pela sua função política.

Com a incorporação desta nova base teórica à Geografia, a análise recai sobre os sujeitos, os "atores coletivos" que participam de forma diferenciada da produção e apropriação do espaço, dando ênfase, conforme registra Raffestin (1980), à identificação e interpretação da distribuição do poder como forma de controle social. Presença importante desta nova fase é Lacoste (1977, 1986), que estabelece estudos voltados à identificação do jogo político em amplas escalas de análises, visando compreender a dinâmica interna das formações territoriais, indicadas sobretudo pelo levantamento das contradições do que entende como o todo estatal-territorial.

A própria noção de análise espacial, tida como objeto e instrumento de interesse geopolítico tradicional, se transforma com a conjugação de novas idéias alinhavadas por Alain Lipietz, David Harvey, Edward Soja e Milton Santos, permitindo a geração de revisões para a revalorização dos estudos geopolíticos com novos propósitos. Neste horizonte, cabem ainda ser citadas as interpretações de Foucault (1979) e Lefebvre (1978), que contribuíram para o desvinculamento da valorização direta do espaço como fator estratégico hegemônico, pelas suas atribuições geográficas concebidas tradicionalmente através de teorias econômicas locacionais.

Ultrapassando o atrelamento da abordagem geopolítica do cenário das relações externas dos Estados para o seu vinculamento interno, Becker (1982, 1983, 1988) reforça a necessidade de recuperação da análise geopolítica para o entendimento das relações produtoras do espaço pelos processos políticos, seus agentes em conflitos, imbuída na identidade das estratégias de dominação e gestão do espaço. Costa (1990, p. 447) considera que estas abordagens, assim projetadas e enriquecidas pelo amadurecimento histórico contemporâneo, sugerem a formação de uma geopolítica crítica.

4. PENSANDO O HORIZONTE DAS NOVAS TENDÊNCIAS

A organização mundial das sociedades neste século, firmada em unidades Estados-nações, estabeleceu-se num ordenamento político mundial tipicamente bipolar, atravessando por meio século uma relação

polarizada entre Leste e Oeste, mundo socialista x mundo capitalista , até atingir o seu delineamento atual de uma nova ordem no mundo, a chamada *ordem multipolar*.

Orquestrada pela introdução global, massiva e progressiva de novas tecnologias, que se compuseram em novas organizações e divisões econômicas multiescalares em tempo e em espaço, a decantada *nova ordem mundial* representa não só mudanças no arranjo do poder econômico e bélico, na distribuição de poder no palco internacional dos Estados-nações, como, concomitantemente, a ascensão de novos agentes internacionais de dominação e intervenção.

O Estado perde o monopólio do exercício instituído do poder sócio-territorial nacional, repartindo substancialmente com as corporações empresariais a sua expansão internacional, mediante uma distribuição gradual entre as de caráter financeiro, comercial e industrial. Ademais, os movimentos sociais de classe procuram a interpolação, em diferentes momentos e escalas de acesso ao poder pela luta de forças.

Esta nova redistribuição internacional, estabelecendo um movimento integral entre rivalidades e associações, ora é marcada por articulações entre Estados, entre Estado e corporações, ou apenas entre corporações, ora por conflitos e manipulações entre os respectivos articuladores, desenhando uma nova política interna dos países. Essa estratégia, no entanto, tem reforçado diferentes posturas políticas conservacionistas, partidárias ou não, ritmadas em bases neoliberais ou populistas, ou ainda a junção de ambas.

A amplitude de tais movimentos de ordenamento territorial, pelas reformadas ou renovadas estruturas de poder, perfaz em si uma nova ordem geopolítica mundial.

Novos fatos históricos trouxeram um novo molde geopolítico internacional, que, com a aplicação de novos padrões de acumulação de capital, redundou numa maior expressão e interferência das corporações transnacionais na vida econômica e política dos Estados-nações. Colocou-os em xeque até mesmo como instituição capaz de gerir políticas nacionais e regionais de projeção para o desenvolvimento econômico, e mais debilitada ainda para a sua ação no horizonte social.

Por outro lado, observa-se, no mapa político mundial, um processo de redivisão de fronteiras, com a fragmentação territorial como firmamento do período pós-segunda guerra e com a revisão de questões regionais-nacionalistas que, com o pós-guerra fria, possibilitou reacender questões sócio-territoriais impostas e mal resolvidas daquele período anterior.

Aliás, buscando tal entendimento, Vesentini (1992) aponta que as tensões do mundo em globalização são marcas expressivas dos problemas com o aumento das migrações internacionais, facilitadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, que proporcionaram o acirramento das contradições culturais, religiosas, étnico-nacionais e sócio-ambientais, em fóruns de disputas políticas.

Esse novo cenário, apontado pelo autor citado e por outros, como Rufin (1996), remodela áreas e enfoques políticos de tensionalidades e traz consigo um deslocamento polarizado para o eixo Norte-Sul, que expressa um múltiplo acirramento de suas contradições e desigualdades e repercute num novo reordenamento regional em âmbito mundial neste final de século.

Surge, assim, a necessidade de adoção pelos Estados de novas estratégias e logísticas para a afirmação de poder sócio-territorial, agora através de seu empenho na formação de blocos regionais continentais. De outro lado, também a adoção pelas empresas transnacionais de um elenco de estratégias que visam à dominação do mercado global, somando-se para tal a corrida pela intensificação do uso tecnológico renovado, bem como pela fusão empresarial.

As relações de poder entre os países ainda são notórias nos tempos atuais, mesmo diante do enfraquecimento do poder econômico de muitos Estados na participação dos rumos da economia em seus territórios e da relativização do exercício como poderio militar. Ainda assim essas relações persistem com novos artifícios, planos e estratégias, visando preservar a instituição Estado-governo como a autêntica máquina de poder para estabelecer limites e regras e como regulador da ordem social do regime de acumulação capitalista.

Isto representa uma via que possibilita um rearranjo da operacionalidade do poder político do Estado, tanto em suas aspirações

internas de dominação de classes quanto nas de acesso ao fórum internacional da distribuição do poder, perpassando pela capitalização monetária e alocação de recursos estrangeiros.

Para tanto, surge um novo e crescente realinhamento político no cenário das relações exteriores dos países, propulsionado por motivos econômicos e aparentemente sinalizando o fim de algumas tradicionais rivalidades regionais (Argentina-Brasil, França-Inglaterra-Alemanha), com a aproximação diplomática e uma crescente perspectiva de integração econômica em blocos regionais, nos chamados mercados comuns, livres de taxações alfandegárias.

Esses blocos constituem-se em importantes mercados internacionais, que, pelo caminho atual dos movimentos de globalização da interdependência econômica, quer sejam concebidos pela teoria dos blocos regionais ou pela da globalização em si, via mercados supranacionais, apresentam-se como a tendência atual de fortalecimento mais aceitável.

No entanto, para alguns, estas leituras têm sido aceitas mais genericamente, sem questionamento e elucidação de dois pontos importantes que se conjugam: o primeiro relacionado ao fato de que há ainda expressivos indícios de que existem relações semelhantes de rivalidades entre os integrantes deste Norte, apesar da forte influência de áreas de tensões de interesses se apresentarem no eixo Norte-Sul. Referimo-nos às relações exteriores – com núcleos de conflitos culturais ou econômicos – entre o Ocidente e o Oriente (EUA-China-Japão), ou, especialmente, entre os empresários e os governos dos Estados Unidos com os seus congêneres do Japão, Alemanha, França e até mesmo com os do Canadá.

Consideremos, a título de exemplo, apenas uma das pautas de relações da época vigentes entre os Estados Unidos e a França: o conflito diplomático diante da imposição da Lei Helms-Burton, que estabelece restrições e sanções comerciais aos países que mantêm comércio com Cuba. A França é um dos que se sentem prejudicados e tem rechaçado tal política norte-americana.

Uma interpretação que contemple um caráter tendencial de homogeneização histórica, quando se perdem as especificidades destas

relações dinâmicas e se dissimulam as incertezas, pende mais para tendenciosa e dificilmente esclarecedora do que para cientificamente concebível. Como já dizia Hobsbawm (1995, p. 561), "profetizar não ajuda nada". E Kennedy (1989, p. 509) conclui que "o sistema internacional está sujeito a modificações constantes".

A segunda preocupação seria quanto às análises que se aproximam, desde o neoliberalismo ao economicismo pragmático, e enfocam como tese o fim das contradições de interesses entre países com políticas atuais de integração comercial, especialmente os de territórios vizinhos, que outrora desenvolviam políticas estratégicas com propósitos imperialistas ou subimperialistas; enfim, de qualquer expressão de exercício de poder de dominação além-fronteiras.

Caso típico e próximo da abordagem se refere ao sentido de formação do Mercosul, quando se reforça a leitura no foco da superação das dificuldades que imperaram nos tempos áureos da Alalc e, posteriormente, da Aladi.

Senão, se situarmos parte do perfil atual das relações exteriores entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, no que tange à formação dos blocos regionais e à busca da afirmação de suas lideranças, observaremos, explicitamente no caso do projeto de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), divergências político-metodológicas que refletem o conflito de interesses de afirmação de poder político-econômico regional do continente americano; polarizadas principalmente entre os Estados Unidos, que desejam acelerar o processo, e o Brasil, que defende o fortalecimento primeiro em fóruns sub-regionais (Mercosul e Grupo Andino).

Trata-se então da adoção de novas estratégias geopolíticas para readequar velhos desejos de poder transfronteiriços, mesmo que sejam em novas bases de articulações supranacionais em nome de uma integração, como maneira de enfrentar a inevitável globalização da economia, assim entendida e analisada por muitos teóricos e políticos neoliberais.

A política de integração acaba funcionando assim como defesa e resistência ou como passaporte para garantir relações econômicas e políticas *igualmente vantajosas para todos que dela participem*.³ Ou, em

outras palavras, diante das novas determinações do sistema capitalista de acumulação, que se impõem sobre quaisquer economias nacionais, mesmo sabendo *a priori* que estas desejadas vantagens são para poucos conquistadores, a união é necessária para vencer e chegar ao melhor lugar.

O velho paradigma do poder de dominação dos Estados ainda persiste, mesmo que em novos moldes, condições, meios e escalas, e por mais que não admitam os seus sonhadores governantes, o sentido geopolítico da palavra *potência* não foi tirada do dicionário da transição para o novo milênio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E UM ENFOQUE BRASILEIRO

Superada a euforia inicial das novas interpretações e apontamentos da "americanização" do mundo depois do desaparecimento do bloco soviético, revelam-se na atualidade diferentes indicativos vetoriais como relações sócio-políticas que envolvem cenários geopolíticos. Assim, apesar da aceitação do processo de globalização, não se pode falar em uma padronização e uniformização total dos diferentes agentes sócio-políticos por haver, sem sombra de dúvidas, diferentes relações estruturais ou conjunturais em escalas antagônicas, espaciais e de tempos.

As diferentes pautas de relacionamentos internacionais encontram especificidades de interesses que ora aproximam contrários e distanciam semelhantes, ora representam o inverso, numa relação que depende do fórum de ação e de acesso à alocação de recursos, num vislumbamento de capacitação para o poder.

Neste teatro geopolítico se apresentam desde os movimentos sociais organizados até os das grandes corporações capitalistas, entremeados com a presença da balança de poder dos Estados.

Uma destas pautas, a que se aproxima de uma polarização Norte-Sul mais factível (entendida numa nova ótica de manifestação centro-periferia), discute a questão ambiental, em cujas negociações entre os países tramitam os caminhos futuros não meramente do meio ambiente mundial, mas fundamentalmente o futuro das nações, o futuro

dos países quanto ao próprio acesso e manutenção da hegemonia na relação produção-mercado.

O caminho da questão ambiental e o da questão geopolítica se fundem num só quando se trata das teses do desenvolvimento sustentável como instrumento político, com a elaboração de zoneamentos agroecológicos numa perspectiva econômica.⁴

Na identificação ainda dos novos padrões e paradigmas que repercutirão em novos cenários geopolíticos, a presença e a defesa de pressupostos como indicadores de organização do mundo capitalista vêm crescendo quando se referem à denominada qualidade total. Vêm também galgando espaço nas novas teorias de administração e alcançando uma amplitude cada vez maior em diversos ramos de atividades industriais, comerciais, agropecuárias e até mesmo educacionais.

Esta nova ordem estratégica de pensamento organizacional transmite uma nova lógica que funde idéias, desde a chamada reengenharia até a adoção de políticas de *marketing*, expressando-se através dos selos de qualidade, os ISOs, constituindo-se estes últimos como um novo credenciamento (ou exclusão) ao mercado global e adquirindo, por esta via, os conceitos de ultramoderno, avançado e progressista.

Por conseguinte, uma nova redivisão internacional do trabalho repercute não apenas num novo ritmo de exclusão, considerado por alguns como o darwinismo social, mas também reforça o princípio da competitividade empresarial como dogma de desenvolvimento de uma nação.

Esta conquista dependeria então da existência de um mercado nacional aberto e integrado a estes princípios numa esfera global, o que se tem refletido na adoção de políticas neoliberais em muitos governos de Estados.

Em verdade, subjaz a estas ações políticas capitalistas um novo tipo de imperialismo, ou, numa ótica neocolonialista, não mais atrelado à visão tradicional de um país como maior potência mundial, mas o do acesso (ou dominação do) ritmo de renovação tecnológica que tem cada vez mais acelerado o processo, travestindo-se como o novo imperativo.

Significa assim dizer quais (e como) determinados países estão participando da chamada atual Terceira Revolução Industrial, como aborda tal temática Dahlman (1993), entre outros.

Com os caminhos políticos do processo de globalização, o tema integração regional supranacional ganha fôlego nos debates acadêmicos, governamentais e militares, reforçando e requalificando a geopolítica como um prisma fundamental de análise na busca da compreensão dos caminhos das novas articulações internacionais de poder, sejam elas atribuídas particularmente àqueles Estados-nações qualificados ainda como potências por diferentes naturezas de formação, ou à lógica de funcionamento dos blocos regionais.

Considerando análises contemporâneas, como as de Miyamoto (1995), Minvieille (1994) e Arroyo (1994), entre outras, de uma forma geral, persistem dúvidas quanto aos reais interesses em associações de países em nome de uma integração regional em esferas continentais, que relembrem defesas passadas de alguns poucos líderes em prol de uma não-fragmentação territorial de ex-colônias. Percebe-se um dualismo de interpretações entre a integração como união-cooperação ou como novo estágio de anexação a interesses expansionistas de liderança e poder nestas esferas regionais.

O cenário propício de análise brasileira é o Mercosul, quando, ao se deparar com os propósitos geopolíticos do regime militar de 1964 a 1985, fatalmente incorreria-se em interpretações do tipo "incorporação gradual ao Brasil de áreas estratégicas via integração viária (...) conseguida esta, a integração econômica e a satelitização política dos países vizinhos seriam conseqüências inevitáveis".⁵

Poder-se-ia, ainda, revitalizar a política *do pragmatismo responsável ou universalismo*, na qual se concebe a existência de aliados e não de amigos, ou, de outra maneira, de mercados e não de ideologias. Em contrapartida, tal análise poderia, por sua vez, ser também contestada atualmente, quando se reitera que este tipo de incorporação só poderia ser entendido como avanço das novas estruturas produtivas do atual ciclo de desenvolvimento do capital "sem pátria".

Mas é prematuro afirmar que todos os princípios e interesses geopolíticos bem conhecidos daquele período autoritário se exauriram

do pensamento da diplomacia brasileira, ou supor que, diante da nova realidade de estagnação do modelo imperialista estatal, sobretudo das audaciosas intenções brasileiras na América do Sul, não haja um projeto geopolítico no (do) regime democrático brasileiro.

O próprio Itamarati aponta a rota para uma análise mais cuidadosa desta questão, ao definir as prioridades da política externa brasileira na seguinte ordem: consolidação do Mercosul e sua afirmação na relação com os outros blocos econômicos; integração do hemisfério via Grupo do Rio – Cúpula das Américas; relações com os Tigres Asiáticos – Bacia do Pacífico e com os três países continentais, China, Rússia e Índia. Incluindo ainda uma política de reforma das Nações Unidas, o que significa a candidatura do Brasil a uma cadeira como membro permanente no Conselho de Segurança.

De qualquer forma, nota-se que a Bacia Platina firma-se como o primeiro foco direto dos interesses da política externa brasileira, e a existência de um pacto de não-agressão com a Argentina revela-se tática. Há, na verdade, um novo nivelamento de competição regional, expressado não apenas na busca direta pela captação de novos investimentos externos, mas, estrategicamente, na disputa, ao mesmo tempo, pelo direito de participar do Conselho de Segurança da ONU ou até mesmo de sediar as próximas Olimpíadas, exercitando uma competitividade como um tipo de *pacto da barganha eficiente*.

Se, por um lado, no processo de formação do Mercosul, a pauta militar também se apresenta, no intuito de uma aproximação das forças armadas dos dois principais países (supondo-se a superação das rivalidades e desconfianças de poder bélico), por outro observamos indícios de interesses opostos. Por que então o interesse do governo norte-americano (notadamente de Bill Clinton) em outorgar à Argentina a categoria de aliada extra da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), coincidindo com o total interesse militar argentino?⁶ Ou, mais ainda, como interpretar as negociações para tornar a Argentina também o principal parceiro externo do Nafta, a partir da iniciativa dos EUA?

A afirmação deste primeiro tratado e as declarações do presidente argentino, Carlos Menem,⁷ de oposição à idéia de o Brasil vir

a assumir uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, representando os países da América Latina, revelam nitidamente o cenário de disputa de espaço político regional diante das organizações internacionais. Impulsionados ainda pelos planos de crescimento da integração comercial com novos parceiros, os interesses hegemônicos dos EUA se fazem presentes na disputa do mercado latino-americano e de sua afirmação continental, para conferir novas conquistas no cenário dos blocos mundiais.

Parece prudente analisar que a "desestatização da geopolítica", defendida por Costa (1990), deve ser entendida como enfoque de negação das várias ramificações organicistas ratzelianas, aquelas voltadas aos interesses parciais imperialistas ou intervencionistas de Estado, mas não se pode confundi-la com o discurso neoliberal, atacando o Estado em seu interesse de reduzi-lo a apenas um regulador social. Tal perspectiva induziria uma interpretação equivocada de que o Estado está perdendo o seu papel geopolítico e anulando sua força neste cenário.

O que notamos no âmbito das articulações internacionais dos Estados são movimentos de adaptação e disposição aos novos instrumentais que os credenciem a participar do novo tabuleiro internacional do jogo de forças, e a buscar novas bases de afirmação de sua posição no parcelamento do poder diante da ordem mundial vigente.

Tal cenário nos faz pensar, além da renovação de estratégias de poder global e regional no mundo atual, as repercussões advindas deste novo direcionamento político-econômico, reforçadas pela via das políticas governamentais, na própria regionalização intra-nacional, e as adaptações ou as novas estratégias de desenvolvimento regional manipuladas pelas diferentes lideranças políticas regionais.

O levantamento da dotação orçamentária federal e estadual, superposto ao atual mapa de investimentos privados e de reestruturação das unidades produtivas e suas mudanças no território nacional, deverá indicar a nova geografia de mercado e, mais ainda, *a geopolítica dos negócios e do desenvolvimento*, como estudo de aproximação dos referenciais de Agnew & Corbridge (1995).

Desta ótica, consideramos que a política estatal de desenvolvimento regional em território nacional hoje vem transformando-se, mais do que nunca, numa geopolítica nacional de regionalismos empresariais e políticos, uma *capacitação ao mercado global*. Essa política tem reforçado e permitido estrategicamente, pelo discurso do desenvolvimento e da autonomia regional, a escalada de acesso ao poder das elites regionais, mesmo as de modelos tradicionais, que para o exercício da dominação entendem que o uso de paradigmas modernos torna-se um *marketing* capaz de credenciá-las para o sucesso em tal tarefa.

Portanto seria pertinente observar que o problema do desenvolvimento regional não é técnico, mas sim ideológico, por mais que muitos hoje acreditem que a ideologia não expresse resultados práticos contraditórios no mundo da globalização.

Não há uma uniformização singular de idéias, que não seja uma pluralização uniformizada como mapeamento sócio-territorial. Daí a dedução de que a essência das políticas de desenvolvimento regional seja ideológica e não voltada propriamente para o desenvolvimento *per si*, como algo organicamente existente. Não direcionadas como atitude administrativa de autonomização sócio-territorial, tais políticas são, em verdade, traços de aplicação de estratégias geopolíticas de dominação sócio-territorial.

O poder precederia, assim, a própria lógica de como realizar a reprodução de capital, ou, como aqui queremos expressar, o sentido e a lógica da dominação são inerentes a todas as fases de desenvolvimento dos regimes de acumulação capitalista, sejam quais forem os novos mecanismos e condições materiais necessários para tanto.

Ser dominante, ou estar na condição de dominador, foi sempre impulsionador histórico de novos arranjos sócio-territoriais, da imposição de novas ordens como pressuposto de antíteses anteriores, do forjamento e aliança de novas lógicas organizacionais aos povos em suas chamadas "evoluções das sociedades humanas".

Assim, compreende-se que não existe um plano propriamente geográfico para o desenvolvimento sócio-territorial, seja ele da corrente das vantagens locacionais, comparativas ou competitivas, mas político-

ideológico, por imprimir àquela linha de pensamento econômico uma matriz discursiva ideológica.

Neste caso, o que se concretiza no espaço é o desenvolvimento daquela tendência ideológica historicamente determinada, por mais que revelem também suas contradições e contra-tendências, estas últimas servindo como alvorecer da escalada de outra mais.

Os estudos geopolíticos atuais, que contemplam um balizamento entre a permanência das velhas estruturas e estratégias de manifestação de poder, confrontando-se às novas, e os recentes direcionamentos neoliberais das teorias de desenvolvimento regionais, resultam em uma lógica reestruturada da atuação do ciclo de existência do capital ao ciclo do Estado e também de novos sujeitos e territórios.

NOTAS

1. Suas principais publicações são *As grandes potências*, de 1905, e *O Estado como forma de vida*, de 1910.
2. Note-se que as datas não se referem à da publicação original de seus trabalhos, mas ao ano de publicação das edições brasileiras consultadas.
3. Palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso, na reunião do Grupo do Rio, realizada em Cochabamba, Bolívia, em 4 de setembro de 1996, ao manifestar a posição em defesa de um gradualismo no processo de integração das Américas.
4. Adorno, Lúcio Flavo M. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: da Questão Ambiental à Geopolítica. *Caderno Prudentino de Geografia - AGB*, v.14, 1992 (p. 158-167).
5. Interpretação do período de Schilling, Paulo R. *O expansionismo brasileiro ... A geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global Editora, 1981, p. 137.
6. Conforme afirmava matéria no jornal *Clarín*, caderno Política, p. 14, 23 de março de 1997, Buenos Aires, como se segue:
"Intensificam Negociações. O governo quer que Whashington outorgue à Argentina a categoria de aliado extra da Otan. Porém o único obstáculo que enfrenta é a promessa de Clinton: os governos norte-americano e argentino estão preocupados com a reação que podiam ter Brasil e Chile."
7. Menem disse não concordar que o Brasil se transforme em membro do Conselho de Segurança da ONU, porque essa posição ameaçaria o

"equilíbrio" da região, em entrevista publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 17 de agosto de 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering space: hegemony, territory and international political economy*. New York: Ed. Routledge, 1995.
- ARROYO, Mónica. Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994, p. 308 - 314.
- BECKER, Bertha K. O Estado e a questão da terra na fronteira: uma contribuição geopolítica. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 211-232,
- _____. O uso político do território. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Dep. Geografia UFRJ, 1983.
- _____. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia* (Rio de Janeiro, IBGE, v. 2, 1988.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo, 1990, 477p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- DAHLMAN, Carl. Os países em desenvolvimento e a terceira revolução industrial. *A Nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993, p.259-290.
- ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- HELLER, Hermann. *Teoria do Estado*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- HOBSBWAM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências. transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

- LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- _____. *Geopolitiques de la France. Hérodote* (Paris), v.40, La Découverte, 1986.
- LÊNIN, V.I. *O Estado e a revolução*. Moscou: Editorial Progresso, 1977.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil – Estado e política*. Campinas-SP: Papirus, 1995.
- MINVIELLE, Sandra Eva. *Integração e hegemonia na Bacia do Prata. Novas estratégias do discurso geopolítico argentino (1986-1992). O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Hucitec - Anpur, 1994. p.132-148.
- POULANTZAS, Nico. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RUFIN, Jean Christophe. *O império e os novos bárbaros*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- VESENTINI, J.W. *Geografia, natureza e sociedade*. São Paulo: Contexto, 1992.